O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 21 | Nº 63 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.15062044

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

DA EXPLORAÇÃO À FLEXIBILIZAÇÃO: UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA E HISTÓRICA DO TRABALHO NO CAPITALISMO GLOBALIZADO

Franciele Del Vecchio dos Santos[1]

Resumo

O trabalho constitui uma atividade central na constituição do ser social e na mediação das relações entre os seres humanos e a natureza, sendo uma categoria fundamental para a compreensão das sociedades humanas. No entanto, sob a lógica do capitalismo globalizado, o trabalho passou por sucessivas transformações que intensificaram sua exploração, precarização e alienação. Este estudo tem como objetivo analisar a trajetória histórica do trabalho no interior do modo de produção capitalista, destacando suas bases ontológicas e as mudanças ocorridas até a flexibilização das relações laborais no contexto neoliberal contemporâneo. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com método teórico-bibliográfico, fundamentada em revisão sistemática da literatura. O levantamento de dados foi realizado em bases acadêmicas e periódicos especializados, a partir de palavras-chave relacionadas ao trabalho, ao capitalismo e à precarização, contemplando obras clássicas e contemporâneas de referência. A análise dos dados seguiu uma perspectiva crítico-dialética, articulando conceitos marxistas e categorias explicativas das transformações no mundo do trabalho. Como principais resultados, identifica-se que a transição dos modelos produtivos, do fordismo ao toyotismo, somada à mundialização do capital e à implementação de políticas neoliberais, resultou na intensificação da flexibilização, na desregulamentação das relações laborais e no aumento da precariedade e instabilidade do emprego. Conclui-se que tais transformações reforçam a necessidade de resgatar o trabalho como princípio educativo e emancipatório, a partir de uma crítica radical à lógica de exploração e alienação própria do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Capitalismo; Flexibilização; Precarização; Trabalho.

Abstract

Work constitutes a central activity in the constitution of the social being and in mediating the relationship between human beings and nature, representing a fundamental category for understanding human societies. However, under the logic of globalized capitalism, labor has undergone successive transformations that have intensified its exploitation, precarization, and alienation. This study aims to analyze the historical trajectory of labor within the capitalist mode of production, highlighting its ontological foundations and the changes leading to the flexibilization of labor relations in the contemporary neoliberal context. The research adopts a qualitative approach, using a theoretical and bibliographical method, based on a systematic literature review. Data collection was carried out through academic databases and specialized journals, using keywords related to labor, capitalism, and precarization, covering both classical and contemporary reference works. Data analysis followed a critical-dialectical perspective, articulating Marxist concepts and explanatory categories of the transformations in the world of work. The main results indicate that the transition from Fordist to Toyotist production models, combined with the globalization of capital and the implementation of neoliberal policies, has resulted in the intensification of labor flexibilization, deregulation of labor relations, and increased job precarity and instability. It is concluded that these transformations reinforce the need to reclaim labor as an educational and emancipatory principle, based on a radical critique of the exploitation and alienation inherent in contemporary capitalism.

Keywords: Capitalism; Flexibilization; Labor; Precarization.

[1] Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). E-mail: franciele.vecchio@unesp.br

INTRODUÇÃO

O trabalho constitui o fundamento do processo de humanização do homem, sendo uma categoria central para a compreensão do fenômeno humano-social. Ele representa o princípio fundamental da existência humana, configurando-se como o eixo em torno do qual se dá a produção e reprodução da vida social. Mais do que um simples meio de subsistência, o trabalho é entendido como um processo de humanização, capaz de transformar a natureza e a própria sociedade. Contudo, ao longo da história — especialmente sob a hegemonia do modo de produção capitalista — o trabalho passou por profundas transformações estruturais, moldadas pelas dinâmicas de acumulação e pela exploração da força produtiva.

Neste estudo, busca-se refletir sobre o trabalho como princípio humano e educativo, analisando sua evolução histórica sob a égide do capitalismo e suas configurações contemporâneas diante do neoliberalismo globalizado. A partir de um estudo teórico-bibliográfico, discute-se como o capitalismo consolidou uma ideologia que naturaliza a lógica gerencialista, reforçando princípios como o individualismo, a meritocracia e a flexibilização do trabalho. O advento da Nova Gestão Pública (NGP), nesse contexto, reflete a incorporação de premissas empresariais na administração pública, promovendo a responsabilização individual e a precarização das relações laborais, com impactos significativos na sociedade, economia, política e cultura.

O texto está estruturado em dois eixos principais. Inicialmente aborda-se a dimensão ontológica da categoria trabalho a partir das contribuições de Karl Marx e György Lukács, destacando seu papel constitutivo na formação do ser social. Ambos os autores compreendem o trabalho como a atividade fundamental pela qual o ser humano transforma a natureza e a si mesmo, superando sua condição puramente biológica. Trata-se de uma prática teleológica e consciente, que inaugura a sociabilidade e possibilita o desenvolvimento histórico da humanidade. Em seguida, analisa-se a evolução histórica das relações de trabalho no sistema capitalista, desde a acumulação primitiva até a flexibilização toyotista. Para tanto, recorre-se aos escritos de autores como Hobsbawm (2011, 2014, 1996), que contribui com uma interpretação histórica desde a Revolução Industrial, o Imperialismo e as mutações do capitalismo ao longo dos séculos; Lênin (1986), com sua análise sobre o Imperialismo e a monopolização do capital; além de autores como Braverman (1987), Antunes (2015), Harvey (2005) e Alves (2007), que discutem as transformações contemporâneas do trabalho evidenciando um cenário marcado pela precarização e flexibilização.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na revisão sistemática de literatura com ênfase em publicações a partir de 2020, sem deixar de considerar autores

clássicos cuja contribuição teórica permanece fundamental para a análise das transformações do trabalho no capitalismo. O método escolhido se justifica pela natureza teórico-crítica da investigação, que busca compreender as determinações ontológicas e históricas do trabalho a partir da tradição marxista e da crítica social contemporânea.

O levantamento de dados foi realizado por meio de buscas em bases acadêmicas como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, New Left Review, South Atlantic Quarterly, bem como em revistas especializadas no pensamento crítico e marxista, como a Revista Crítica Marxista e a Revista Margem Esquerda. As buscas foram orientadas por palavras-chave como "capitalismo global", "precarização do trabalho", "flexibilização laboral", "ontologia do trabalho", "alienação", "plataformização", "marxismo" e "gestão neoliberal". O recorte temporal priorizou as publicações contemporâneas, embora tenha incluído textos clássicos de autores como Karl Marx, Friedrich Engels e György Lukács, considerados referenciais para a discussão da temática.

Os procedimentos de seleção e organização dos dados priorizaram obras com elevado rigor teórico e relevância científica, publicadas em português, espanhol e inglês. Foram analisados livros e artigos acadêmicos de autores como Ricardo Antunes, Giovanni Alves, David Harvey, Aaron Benanav, Isabell Lorey, Michael Löwy e Alex Wood, entre outros, com especial atenção às obras que discutem a crise do capitalismo, a precarização e a flexibilização do trabalho, a plataformização e as novas formas de exploração e alienação no neoliberalismo globalizado.

A análise dos dados seguiu uma perspectiva crítico-dialética, fundamentada no materialismo histórico, articulando os conceitos centrais dos autores estudados com o contexto atual das relações de trabalho no capitalismo global. A partir dessa perspectiva, buscou-se compreender a relação entre as categorias marxistas clássicas, como "trabalho abstrato", "alienação", "fetichismo da mercadoria" e "mais-valia", com as categorias contemporâneas que explicam a intensificação da precarização laboral, como "flexibilização produtiva" e "desregulamentação". O procedimento analítico priorizou a identificação das determinações estruturais e históricas que condicionam a atual fase do capitalismo, destacando suas implicações para a classe trabalhadora em escala global.

Dessa forma, a presente reflexão visa contribuir com o debate sobre as transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo, questionando os mecanismos que reforçam a exploração e a alienação da classe trabalhadora e seus reflexos na estrutura social. Ao evidenciar as contradições inerentes ao sistema produtivo, pretende-se fomentar reflexões que possam ressignificar o trabalho enquanto princípio educativo e emancipatório.

TRABALHO E HUMANIZAÇÃO: A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL EM MARX E LUKÁCS

O trabalho constitui-se como princípio da existência humana, sendo o eixo central da produção e reprodução da vida social. Uma vez que ocorre no intercâmbio orgânico entre os homens e a natureza, é impossível imaginar sociedade sem natureza. A própria reprodução biológica para garantir a continuidade da espécie depende da interação constante com a natureza. A natureza aqui é compreendida como a esfera que antecede o desenvolvimento da sociedade, o que a torna imprescindível para que a sociedade possa existir e reproduzir. A eliminação da natureza representa a eliminação dos recursos para a própria sobrevivência humana.

Marx (2006) concebe o trabalho com um duplo caráter, sendo sua dimensão positiva o processo de transformação das matérias naturais em bens materiais necessários à existência humana. Por um lado, o trabalho apresenta-se como trabalho útil-concreto, "trabalho vivo", os diferentes modos de trabalho que produzem valores de uso necessários à produção e reprodução humana, satisfazendo as suas necessidades materiais e simbólicas. E, por outro, o trabalho na sua dimensão negativa, o trabalho estranhado, abstrato, enquanto gasto de força de trabalho, qualquer que seja a forma útil em que ela é gasta, que está contido nas mercadorias, cuja finalidade principal é a reprodução e autovalorização do capital.

A apreensão do trabalho como útil e concreto não se trata de uma noção metafísica ou imprecisa, mas de uma dimensão enraizada na realidade histórico-social, expressando a atividade de autodesenvolvimento e autorrealização humana. Como atividade primordial e necessária, esteve presente em todas as formas de organização social ao longo da história, inclusive no capitalismo. Ainda que subordinada aos interesses particulares desse sistema, sua essência permanece, pois continua sendo uma atividade orientada à criação de valores de uso, por meio da apropriação e transformação da natureza para suprir as necessidades humanas (CHAGAS, 2011).

Todavia, na formação social capitalista, baseada na propriedade privada, o trabalho deixa de ser apenas uma atividade positiva, livre e consciente (trabalho útil-concreto) e passa a se manifestar também como atividade negativa, estranha e hostil aos indivíduos (trabalho abstrato). Esse último não se trata de uma mera generalização ou conceito teórico, mas de um processo real que homogeneíza e simplifica as diversas formas de trabalho, reduzindo-as a uma mercadoria intercambiável. Assim, o trabalho abstrato se cristaliza na produção social como um meio de troca, destinado à obtenção de mais-valia (CHAGAS, 2011).

Em *Os manuscritos econômico-filosóficos,* Karl Marx expôs o caráter ontológico do trabalho, ou seja, a percepção de que o trabalho é a atividade pela qual o homem transforma o mundo à sua volta e a si mesmo enquanto ser genérico, em um processo elaborado de consciência. Dessa forma, o trabalho é fundante de um novo tipo de ser, o ser social. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2006, p. 26) afirmam que:

> […] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história.

Ao refletir sobre esse aspecto, Marx (2006) afirma que o trabalho é o ponto de partida para a sociabilidade, uma vez que, em lugar de se adaptar à natureza, o ser humano adapta a natureza a si, antecipando mentalmente a finalidade de suas ações. O trabalho pressupõe uma teleologia, uma idealidade, razão pela qual é uma atividade exclusivamente humana. Isso significa que o trabalho humano não coincide com as atividades realizadas por outras espécies animais que atendem às suas necessidades de sobrevivência, pois, ainda que todos os seres vivos se reproduzam pela transformação do seu ambiente, este processo é determinado biologicamente para atender necessidades biologicamente constituídas, praticamente invariáveis. Nesse sentido, Dussel (2021, p. 41) complementa: "El trabajo humano no es solo una actividad económica, sino una praxis que implica la transformación de la naturaleza y la construcción de la comunidad. Es en el trabajo donde el ser humano se realiza como ser social y ético." Essa perspectiva reforça a ideia de que o trabalho transcende a mera sobrevivência, sendo fundamental para a construção de relações sociais e para a realização humana como um todo.

Em *O Capital*, Marx (2006, p. 202) ressalta que:

> […] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Portanto, o trabalho não se restringe a um fazer meramente repetitivo, impulsionado conforme uma estrutura orgânica e orientado por uma necessidade específica. É uma atividade livre, consciente, subordinada à vontade, pois o ser humano, antes de realizá-la, produz mentalmente sua obra, imprimindo a ideia que tinha a priori na sua consciência (CHAGAS, 2011).

Cabe advertir que esta prévia ideação que surge em decorrência e em resposta a uma necessidade precisa ser objetivada, pois, enquanto pertencente apenas ao domínio da consciência, é apenas uma

"ideia". Ao se exteriorizar no real, passa a compor a esfera da objetividade, da realidade concreta e exterior à consciência humana.

Desse modo, o trabalho como atividade tão somente humana apresenta características diversas que não atendem exclusivamente a um conjunto limitado e restrito de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas. Ainda que exista uma série de necessidades de primeira ordem que devem ser supridas, as possibilidades de resolvê-las são variadas e implicam o desenvolvimento de novas necessidades, em um processo constante e ilimitado.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2006, p. 211).

Assim, o trabalho não segue determinações fixas ou imutáveis, mas exige habilidades e conhecimentos em constante transformação. Ele vai além de sua própria execução, pois, ao gerar novas necessidades e possibilidades, impulsiona a criação de conhecimentos e habilidades em um ciclo contínuo. Trata-se de um processo coletivo, que não surge, se desenvolve ou se realiza isoladamente, mas por meio da cooperação entre os indivíduos na reprodução do ser social, consolidando-se como uma condição ontológico-social.

> Assim, o trabalho, do qual derivam a consciência, a sociabilidade, etc., é um fundamento ontológico do homem que nos diz que o trabalho está acima da alienação. Desta forma, a partir da interpretação do conceito de natureza em Marx, especificaremos a noção de trabalho neste filósofo como uma categoria ontológica. Ao mesmo tempo, na análise que surge em torno da ideia de natureza proposta por Engels, será determinada a distorção que surge da interpretação engelsiana deste termo. A partir da concretização do conceito de natureza, mostraremos a noção de trabalho como equivalente à atividade humana, o que nos facilitará a demonstração do trabalho como categoria ontológica (ESGUERRA; RODRIGUÉZ ESCOBAR, 2020, p. 26).

Marx e Engels (2006, p. 31-32) evidenciam que "[...] são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento." Para os autores, as transformações da realidade não ocorrem espontaneamente, e a sociedade não se constrói sem a ação humana. Por isso, o trabalho está diretamente ligado ao desenvolvimento social e humano, sendo por meio dele que a sociedade se produz como totalidade, configurando a sociabilidade humana. Trata-se de uma atividade

essencialmente social, pois exige a criação de vínculos que vão além de determinismos naturais ou puramente biológicos.

Marx (2006) adverte ainda que o processo de trabalho produz uma dupla transformação. Ao atuar sobre a natureza exterior, modificando-a, o ser humano transforma a si próprio, desenvolvendo as suas potencialidades latentes. Nesse aspecto, a relação entre homem e natureza é uma condição *sine qua non,* invariável; não há sociedade sem natureza, posto que é a natureza transformada pelo trabalho que constitui as condições da manutenção da vida em sociedade. Para ele, o que é variável historicamente são as formas de relação da sociedade com a natureza, sobre a qual, pelo trabalho, a sociedade age para garantir a sua existência.

Nesta direção, o filósofo e historiador húngaro György Lukács (1885–1971) apresentou importantes contribuições para o entendimento da categoria trabalho ao enfatizar a magnitude da consciência como sua constituição interna específica. Para Lukács (2012), a essência do trabalho consiste em ter no momento ideal seu ponto de partida, ou seja, o aspecto central do trabalho humano é a sua dimensão teleológica, isto é, o ato da consciência, que estabelece tanto os fins pretendidos quanto os meios para alcançá-los. Há, portanto, uma intencionalidade prévia, uma prévia ideação, nos termos de Lukács.

Nesse sentido, cabe salientar que a busca pelo fim e pelos meios não se dá de modo abstrato. São respostas a uma determinada necessidade em uma dada situação histórico-social. Dessa maneira, se os demais animais também respondem às suas necessidades, a diferença entre eles e o homem reside precisamente no fato de que a resposta dos animais não se inicia com uma posição consciente de um fim almejado.

Com efeito, é evidente que a consciência humana não cumpre um papel meramente adaptativo; ao contrário, a intervenção da consciência é o que possibilita transformar o ser natural em ser social. Em outros termos, enquanto atividade direcionada teleologicamente, o trabalho propicia a realização dos procedimentos necessários para responder às alternativas postas pela realidade objetiva visando satisfazer as necessidades (MARX, 2006).

A esse conjunto de intervenções conscientes que possibilitam as transformações sociais ao longo da história, Lukács (2012) denominou de salto ontológico, entendendo-o como uma processualidade dialética que, mediada pelo trabalho e suas projeções (teleologia) e determinada pelas relações sociais de produção, se afirma como uma possibilidade geradora de um novo ser. Dito de outra forma, essa mudança qualitativa representa o início de uma nova esfera do ser, isto é, o seu processo de humanização resultante de momentos não lineares, automáticos ou naturais, que dependem apenas da vontade objetiva do ser social.

O salto ontológico não expressa uma continuidade normal do desenvolvimento, mas uma ruptura. A gênese do ser social pressupõe a superação qualitativa da vida orgânica, a passagem de um nível de ser a outro.

> Enquanto ser biológico, o ser humano é um produto da evolução natural. Com sua autorrealização, que, naturalmente, também nele mesmo pode significar um retrocesso dos limites naturais, mas nunca o desaparecimento, a plena superação desses limites, o ser humano ingressa num novo ser e por ele mesmo fundado: o ser social (LUKÁCS, 2012, p. 102).

O ponto central do processo de transformação interna do ser humano, segundo Lukács (2012), consiste no domínio consciente de si mesmo, do próprio corpo, dos instintos e afetos. Este domínio representa a saída da existência puramente animal, a vitória sobre a mera espontaneidade do biologicamente instintivo. Por isso, pode-se considerar que a consciência humana não é um fenômeno biológico, mas um momento essencial ativo na gênese do ser social.

Lukács (2012, p. 43) argumenta que "[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade." Embora a constituição do ser social reduza as determinações naturais sobre a vida humana, o homem não se desvincula totalmente de sua condição originária como parte da natureza. Para o autor, o trabalho amplia os horizontes da reprodução humana ao se tornar um processo de reprodução social, tornando a existência mais complexa por meio da criação de novas necessidades e da diversificação das formas de satisfazê-las.

Lukács (2012) salienta que o ato laborativo pode ser visto como protoforma do ser social pois está no centro do processo de humanização do homem. Assim, reafirma o que já era discutido por Marx (2006), isto é, a percepção de que o homem se constrói como ser social estabelecendo relações na esfera da produção e reprodução social, ao mesmo tempo que produz meios materiais.

À medida que o ser social evolui, suas objetivações transcendem o trabalho, indo além da produção material. O desenvolvimento humano envolve a construção de uma racionalidade, sensibilidade e atividade que, embora baseadas no trabalho, geram formas cada vez mais ricas e diversificadas de expressão (MARX, 2006). Esses complexos, como ciência, arte, educação e filosofia, embora tenham o trabalho como fundamento, ultrapassam sua esfera, compondo a totalidade social. Como elemento constitutivo do ser humano, o trabalho permite que, ao expandir seu autoconhecimento e capacidades reflexivas, o indivíduo defina sua relação com o mundo, tornando-se um agente ativo na criação e transformação dos aspectos essenciais de sua existência.

Lukács (2012) afirma que a teleologia do trabalho envolve a capacidade do sujeito de idealizar e executar ações, escolhendo entre alternativas com base em julgamentos de valor para alcançar seus

objetivos. Assim, o trabalho é um ato de liberdade, pois permite a seleção entre diversas possibilidades. O autor considera o trabalho a categoria fundante do ser social, já que contém o germe de todas as outras determinações. A partir dele, surgem categorias como linguagem, sociabilidade e divisão do trabalho, que pressupõem um ser social já constituído, ou seja, um salto ontológico já realizado. Em síntese, para Lukács, o trabalho é a categoria intermediária essencial, marcando a transição do ser biológico para o ser social.

Marx (2006) concebe o trabalho como a base essencial da existência humana e de sua emancipação, pois, ao produzirem socialmente suas vidas, os indivíduos estabelecem relações determinadas e necessárias, muitas vezes independentes de sua vontade. Essas relações de produção compõem a estrutura econômica da sociedade, que sustenta uma superestrutura jurídica e política, moldano formas específicas de consciência social.

Dessa forma, a maneira como o trabalho é vivenciado em uma determinada dinâmica social permite compreender não apenas a constituição econômica de uma sociedade, mas também seus aspectos políticos e ideológicos. Para Marx e Engels (2006), cada período histórico confere ao trabalho uma característica específica. Com a ascensão do capitalismo, a divisão social do trabalho se aprofundou, ampliando a separação entre os indivíduos no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. Nesse contexto, a apropriação privada dos meios de produção, característica do capitalismo, acentua a dissociação entre o trabalho em sua dimensão ontológica e sua exploração como força de trabalho.

> O trabalho em seu sentido ontológico expressa-se como atividade imprescindível à humanidade na produção e reprodução da sua vida material. Essa condição é essencial em qualquer tempo histórico pois consiste em uma atividade de troca e transformação da natureza da qual o ser humano é parte. Frigotto (2010) assinala que é sob esse entendimento que o trabalho como produtor de valores de uso é, ao mesmo tempo, um dever, um direito e um princípio formativo de um ser social crítico e solidário. O autor ressalta que, com o surgimento da sociedade de classes, o *trabalho valor de uso* assumiu a forma de *trabalho emprego* (venda da força de trabalho). Nesse aspecto, a apropriação privada dos meios e instrumentos de produção representa a retenção daquilo que é comum à humanidade: os bens naturais e o conhecimento historicamente produzido. Da mesma maneira, ainda que o trabalhador venda a sua força de trabalho através de um contrato legalizado, este camufla o grau de exploração por meio do tempo de trabalho não pago (trabalho alienado).

O trabalho passa a apresentar características socialmente determinadas pelas relações capitalistas de produção. O processo e o resultado desse trabalho convertem-se em algo estranho ao próprio trabalhador, determinado por um valor mercantilizado. O resultado do seu trabalho não apenas deixa de

lhe pertencer como não possui um significado para o indivíduo, assumindo uma condição contraditória. França Júnior e Lara (2015) evidenciam que a forma que o trabalho assume na dinâmica do capital subjuga o homem, uma vez que está a serviço do processo de reprodução do capital, empobrecendo-o e desumanizando-o. Nesse sentido, como aponta Christophers (2021, p. 3), "não é o nível de rendimento que define a sua posição de classe, mas como eles a obtêm e que forma ela assume", destacando que a alienação do trabalho não reside apenas nas desigualdades salariais, mas na própria forma e condições em que esse trabalho é realizado e apropriado no capitalismo contemporâneo.

As relações de trabalho, os modos de produção e a força de trabalho são progressivamente impactados, resultando na redução dos salários, do tempo de lazer e dos direitos sociais, enquanto se mantém a ilusão de autonomia profissional (DIAS, 2020). No capitalismo, o trabalho é tratado como mercadoria e, quando seus custos aumentam, busca-se reduzir despesas e ampliar os lucros, considerando a mão de obra um recurso econômico, assim como as matérias-primas e os custos de transporte. No entanto, ao contrário de outros insumos, os seres humanos possuem a capacidade de atribuir significado à realidade, tornando os impactos desse processo imprevisíveis.

Nesse sentido, entender a complexidade do trabalho no sistema capitalista significa reconhecer a profundidade dessa atividade essencialmente humana, que se desenvolve dentro de uma lógica cada vez mais desumanizante (BORGES, 2019). Isso evidencia que toda transformação social exige uma mudança fundamental na natureza do trabalho, reforçando a importância de analisar suas nuances e características ao longo do tempo.

DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA À MUNDIALIZAÇÃO: O CAPITALISMO E SUAS FASES HISTÓRICAS

Toda sociabilidade humana contemporânea é produto da lógica estabelecida pelo sistema do capital; porém, é de suma importância evidenciar que foram necessários mais de quatrocentos anos até que esse sistema se consolidasse nos moldes em que hoje ele é vivenciado (HOBSBAWM, 2011). Na tentativa de estabelecer uma periodização histórica do desenvolvimento capitalista, Hobsbawm (2011) destaca que o advento do Renascimento proporcionou a retomada do humanismo com ideais e perspectivas mais progressistas abrindo caminho para novos tempos na Europa. Assim, entre os séculos XVI e XVII, inúmeras descobertas demarcaram a ascensão do conhecimento científico, a derrocada do sistema feudal e o início de mudanças sociais no cenário europeu.

Influenciado por esse contexto, tomou forma o advento da Revolução Industrial, demarcando a chegada de uma força econômica baseada em uma nova forma de produção da vida material

(HOBSBAWN, 2011). Além disso, não foi um evento com início, meio e fim, pois sua essência figura justamente no princípio de que a mudança se tornou uma norma desde então.

> Palavras como “indústria”, “industrial”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo” e “socialismo”. Ou ainda “aristocracia” e “ferrovia”, “liberal” e “conservador” como termos políticos, “nacionalidade”, “cientista” e “engenheiro”, “proletariado” e “crise” (econômica). “Utilitário” e “estatística”, “sociologia” e vários outros nomes das ciências modernas, “jornalismo” e “ideologia”, todas elas cunhagens ou adaptações deste período. Como também “greve” e “pauperismo”. Imaginar o mundo moderno sem estas palavras (isto é, sem as coisas e conceitos a que dão nomes) é medir a profundidade da revolução que eclodiu entre 1789 e 1848, e que constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. (HOBSBAWM, 2011, p. 12).

Para o historiador, a Revolução Industrial transformou e continua a transformar o mundo inteiro a partir de uma estrutura econômica capaz de produzir, em termos amplos, tudo o que deseja dentro dos limites das técnicas disponíveis (HOBSBAWM, 2011). Marx (2006) ressalta que é esse o contexto geral que demarca o primeiro estágio do desenvolvimento capitalista – em outras palavras, o processo histórico do final do século XV até meados do século XVIII consistiu naquilo que o autor denominou de acumulação primitiva.

A “assim chamada acumulação primitiva” diz respeito ao processo histórico-social resultante da lógica violenta de exploração e expropriação dos trabalhadores do campo. Dessa forma, o conceito destaca, por um lado, a expropriação do trabalhador direto e, por outro lado, a conversão dos meios de vida dos trabalhadores em capital. Em suas palavras: “[...] transformações pelas quais os meios sociais de subsistência e produção são transformados em capital; e os produtores imediatos, em trabalhadores assalariados.” (MARX, 2006, p. 875).

Nesse estágio, são gestadas as duas classes sociais fundamentais da lógica do capital: a burguesia, formada a partir dos grupos que acumularam capital, detentores dos meios de produção e dos meios de subsistência; e o proletariado, a massa de trabalhadores livres, desprovidos de terra, que se deslocaram para as cidades e que dispunham apenas da sua força de trabalho (MARX, 2006).

Nesse âmbito, Levien (2014) salienta que a acumulação primitiva apresentou o pressuposto do capital, ou seja, a capacidade de recriar suas próprias condições de existência na base do trabalho assalariado. Uma vez estabelecido e à medida que avança, ele o faz de modo serial. Em síntese, as condições de expansão do capitalismo são as mesmas condições do avanço da expropriação e da conversão dos meios de vida em capital. Dessa forma, a expansão do sistema capitalista exige que ele expanda a base social sobre a qual se assenta – o encontro entre o trabalhador precisando vender a sua

força de trabalho (de qualquer maneira) e a riqueza que pode ser oriunda de ciclos de acumulação de capital precedentes ou de situações como roubos, saques e violência (MARX, 2006).

Como consequência, a partir da segunda metade do século XVIII, instaura-se um novo estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, o chamado capitalismo concorrencial (ou clássico), que perdurou até metade do século XIX. Essa etapa foi marcada pela reorganização da produção europeia, fundando uma economia industrial global (HOBSBAWN, 1996).

Segundo Marx (2006), foi nessa fase que o capitalismo se consolidou nos principais países da Europa Ocidental, estabelecendo-se como um sistema econômico internacional. A partir da exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo. Assim, com a rápida melhoria dos instrumentos de produção e das comunicações, iniciou-se o processo de integração entre as principais potências capitalistas da época através do intercâmbio comercial de matérias-primas e mercadorias.

Para Beaud (1981), o capitalismo concorrencial foi marcado pela presença de empresários individuais que competiam livremente em cada setor econômico. Os capitais eram relativamente modestos, e a regulação ocorria pelo próprio mercado, enquanto o Estado desempenhava o papel de garantidor da propriedade privada e da livre concorrência. Nesse contexto, consolidou-se a chamada "utopia liberal", baseada na ideia de que a combinação entre propriedade privada, livre iniciativa e livre mercado resultaria no melhor modelo econômico possível.

No entanto, Beaud (1981) ressalta que a ausência de um planejamento global impedia o equilíbrio entre produção e consumo, gerando crises frequentes e levando muitos pequenos empresários à falência. Esse processo acabou favorecendo a centralização e a concentração de capitais, transformando progressivamente a dinâmica do sistema econômico, fato que, no final do século XIX, impulsionou a formação do capitalismo monopolista.

Para Lênin (1986), o capitalismo monopolista, ou capitalismo financeiro, caracterizou-se pela crescente especulação financeira, com a comercialização de ações, juros e títulos de dívida como mercadorias. Os bancos passaram a fornecer grandes volumes de crédito para investimentos, tornando-se os principais financiadores das empresas. Esse processo criou uma interdependência entre o setor bancário e o industrial, consolidando uma relação de complementaridade econômica.

Marx não viveu o suficiente para conhecer o capitalismo sob bases monopolistas (ALMEIDA, 2009); no entanto, muitas de suas contribuições foram importantes para a análise das condições objetivas dessa fase, dentre as quais, a percepção de que no processo de concorrência muitos empresários perdem a posição de proprietários das forças produtivas e da força de trabalho, fazendo com que a propriedade seja destituída, concentrando-se, assim, em poucas mãos.

De acordo com Lênin (1986), o capitalismo monopolista foi marcado por esse entrelaçamento entre o capital monopolista industrial e os bancos. O autor adverte que, na fase imperialista, uma pequena fração de capitalistas (industriais e banqueiros) concentrou e controlou a vida econômica dos países nos quais os seus grupos econômicos atuavam. À medida que detinham o poder econômico, esses grupos exerciam uma forte influência política em escala nacional e internacional. Em seu clássico estudo de 1916, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin (1977, p. 641) sintetizou:

> O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Entre fins do século XIX e início do século XX, o imperialismo foi muito intenso, promovendo uma transformação estrutural do capitalismo a partir da colonização de regiões da África, Ásia e Oceania. Para Hobsbawm (2014), a obtenção de novos mercados consumidores e a exportação de capitais sob a forma de empréstimos em troca de juros são os grandes fatores que levaram as nações industrializadas à ocupação desses territórios. Segundo o autor, naquela época, acreditava-se que a superprodução de mercadorias era algo solucionado por meio da obtenção de novos mercados consumidores.

As transformações econômicas e sociais dessa fase histórica do capitalismo chegaram ao seu ponto de saturação quando as tensões nacionalistas nos países explorados se tornaram mais veementes, resultando em movimentos de resistência, conflitos violentos e crises econômicas. Para Hobsbawm (2014), o acontecimento fundamental que demarcou a derrocada imperialista foi a Primeira Guerra Mundial (1914–1918).

É importante mencionar que, enquanto transcorria a exploração imperialista, a organização monopolista da indústria resultou no aumento do tamanho das empresas e na sistemática aplicação da ciência à produção. Braverman (1987) destaca que Frederick Taylor (1856–1915) deu início a um movimento conhecido como administração científica. Em seus escritos, Taylor (1995) desenvolveu um método de organização do trabalho com o intuito de aumentar a produtividade a partir da racionalização da produção e do controle do processo produtivo.

As premissas tayloristas sustentavam a busca pela eficiência a partir de princípios fundamentais, como: a substituição de métodos improvisados por metodologia científica; a seleção e o treinamento dos trabalhadores para cada cargo; a supervisão, a disciplina e o controle do processo de trabalho; e a singularização das funções (TAYLOR, 1995).

Influenciado pelos preceitos tayloristas, o empresário estadunidense Henry Ford (1863–1947) adotou uma série de medidas em sua fábrica de automóveis, denominada, posteriormente, de fordismo. A cultura corporativa da Ford, centrada nos ideais de Taylor, estabeleceu uma nova disciplina do trabalhador, com rígida hierarquia no ambiente de trabalho, separando a concepção e a execução.

Na sociedade industrial fordista, o trabalho produtivo era essencial para a sobrevivência e independência dos indivíduos, sendo o principal meio de acesso às relações sociais. Nesse contexto, trabalho e profissão estruturavam a existência humana, proporcionando estabilidade. Dias (2022) destaca que, embora arbitrário, o modelo taylorista/fordista era mais regulamentado e contratualista, configurando uma modalidade de trabalho coisificado.

Braverman (1987), ao tratar da "degradação do trabalho", argumenta que o capital monopolista não apenas precarizou as condições laborais, intensificando ritmos e movimentos repetitivos, mas também transferiu o controle produtivo para a gerência, reduzindo o domínio do trabalhador sobre o processo produtivo. A degradação, segundo o autor, resulta na separação entre a atividade laboral e seu produto, impedindo que o trabalhador reconheça o fruto do próprio esforço.

Com o tempo, os princípios do taylorismo/fordismo perderam força. A crise econômica dos anos 1970, agravada pelo aumento dos preços do petróleo, provocou uma recessão prolongada nos países industrializados, impactando a economia global, desacelerando o comércio, ampliando as dívidas externas e aprofundando as desigualdades nos países em desenvolvimento (ANTUNES, 2015).

Diante desse cenário, tornou-se necessário repensar os modelos de organização do trabalho para que pudessem responder com maior rapidez e eficácia aos desafios da nova configuração socioeconômica. Para Antunes (2015), o controle rígido do tempo e a produção em série, característicos do taylorismo/fordismo, foram gradualmente substituídos pelo toyotismo, que, por meio da flexibilização, instaurou novos padrões de produtividade e formas de adaptação da produção à lógica do mercado.

Segundo o autor, o toyotismo surgiu no Japão do pós-1945 e se expandiu pelo Ocidente capitalista, estruturando-se em uma gestão flexível do processo produtivo. Suas principais características incluem uma produção heterogênea, ajustada à demanda, e a implementação do trabalho em equipe, com a valorização da multifuncionalidade dos trabalhadores, funcionamento segundo o sistema just in time, horizontalização do processo produtivo; terceirização do trabalho e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), isto é, grupos de trabalhadores que são incentivados a discutir trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa (ANTUNES, 2015).

As inovações tecnológicas e organizacionais agregaram a microeletrônica aos processos produtivos e contribuíram para a exigência de trabalhadores cada vez mais polivalentes (ANTUNES,

2015). Tal configuração levou ao surgimento de um novo tipo de trabalhador mais participativo, qualificado e multifuncional. Harvey (2005) argumenta que, se o fordismo foi influenciado pela teoria da modernidade, o toyotismo foi certamente moldado pela perda gradativa da centralidade do trabalho a partir da corrosão do trabalho regulamentado.

As premissas toyotistas abriram caminho para o surgimento de novos processos e modelos de trabalho cada vez mais flexíveis. O ideal de empresa enxuta, e aparentemente mais participativa, passou a conviver com a desconstrução dos direitos sociais do trabalho e a generalização das novas modalidades de precarização com o crescimento do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado etc., traços de estranhamento mais interiorizados do que aqueles visíveis ao trabalhador no período precedente (ANTUNES, 2015).

Nessa perspectiva, Antunes (2015) alerta que, seja pela vigência da máquina-ferramenta autônoma, seja pela informacional digital, o trabalho relativamente mais formalizado vem sendo substituído por diversificados modos de informalidade e precarização.

> É neste quadro, caracterizado por um *processo tendencial de precarização estrutural do trabalho*, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do – sobre trabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra [...] (ANTUNES, 2015, p. 251).

Alves (2007) aponta a precarização do trabalho como uma característica do capitalismo na mundialização financeira. No final do século XX, a estagnação da produtividade e o desemprego foram atribuídos aos altos custos trabalhistas e aos benefícios sociais do Estado de Bem-Estar Social. Para os neoliberais, esse modelo era um entrave ao desenvolvimento, pois aumentava os gastos públicos, a inflação e o endividamento, além de desestimular a autossuficiência dos indivíduos. A solução adotada foi a redução dos custos do trabalho. Dessa forma, a precarização do trabalho aparece sob o neologismo de flexibilização, impondo a perda de direitos e a insegurança de emprego a um contingente cada vez maior de indivíduos (ALVES, 2007).

A reestruturação capitalista, em resposta às suas crises periódicas, evidencia não apenas mecanismos econômicos de recomposição da acumulação, mas também o uso de formas políticas e repressivas para garantir a continuidade do sistema. Como destaca Toscano (2024, p. 261):

> A ordem do sistema capitalista imperialista gera situações em que a articulação e o desenvolvimento das suas contradições são tais que a dominação burguesa monopolista só pode ser mantida através do terrorismo, que além disso serve como uma valiosa alavanca extra-

> económica para a recomposição dos mecanismos de acumulação de capital, que foram gravemente afectados pela crise. Por esta razão, a guerra política contra os sectores populares que caracteriza principalmente a fase inicial da contrarrevolução burguesa é seguida, em casos de fascistização real, por uma verdadeira guerra económica contra as grandes massas trabalhadoras. Uma vez restaurada a "ordem", passa-se inevitavelmente a um processo de recondicionamento das bases da "sociedade civil".

Além disso, a reestruturação produtiva e o avanço das tecnologias digitais e informacionais contribuíram para a disseminação de um discurso que aponta para a substituição do trabalho humano pelas máquinas, alimentando temores de um futuro dominado pela automação e pelo desemprego estrutural. Para Aaron Benanav (2020), no entanto, tais narrativas refletem não apenas os avanços tecnológicos, mas também uma profunda crise na capacidade do sistema capitalista de gerar empregos suficientes para absorver a crescente força de trabalho mundial.

> O regresso do discurso da automação é um sintoma da nossa era, tal como foi no passado: surge quando o fracasso da economia global em criar empregos suficientes faz com que as pessoas questionem a sua viabilidade fundamental. A ruptura deste mecanismo de mercado é hoje mais extrema do que em qualquer altura do passado. Isto acontece porque uma percentagem maior da população mundial depende, mais do que nunca, da venda do seu trabalho ou dos simples produtos do seu trabalho para sobreviver, num contexto de enfraquecimento do crescimento económico global. A nossa realidade actual é melhor descrita pelas distopias de ficção científica do futuro próximo do que pela análise económica padrão; o nosso planeta é quente, com microdrones sobrevoando as cabeças dos vendedores ambulantes e dos puxadores de riquixás, onde os ricos vivem em comunidades protegidas e climatizadas, enquanto o resto de nós passa o tempo em empregos sem saída, jogando videogames em smartphones (BENANAV, 2020, p. 38).

Nesse cenário complexo, emergem relações sociais cada vez mais fragmentadas e inseguras. Segundo Giddens (1991), prevalecem os mecanismos de desencaixe (*disembedding)*, um processo que distancia os indivíduos das relações e normas sociais antes vistas como garantia de segurança. Com a perda dessas garantias, especialmente no mundo do trabalho, as pessoas enfrentam riscos e ameaças constantes. Assim, a precarização e a incerteza não representam apenas uma mudança temporária no equilíbrio de poder entre capital e trabalho, mas o surgimento de uma nova fase na economia política (LASH; URRY, 1987).

Para Antunes (2015), o mundo vive uma fase de desconstrução do trabalho sem precedentes na era moderna, caracterizada pela expansão da informalidade e da precarização. O trabalho flexível é sustentado por uma ideologia que enfatiza a participação do trabalhador, a liberdade de escolha e a redução dos controles hierárquicos. Contudo, na prática, isso resulta na internalização de normas de eficiência e desempenho individual, levando à intensificação e exploração do trabalho.

Além disso, Benanav (2020) argumenta que a automação e a flexibilização do trabalho não se configuram meramente como resultados inevitáveis do avanço tecnológico, mas como estratégias

deliberadas do capitalismo contemporâneo para reduzir custos e aprofundar a precarização das relações laborais. O autor destaca que, enquanto o discurso dominante celebra a suposta "liberdade" proporcionada pelo trabalho flexível, a realidade vivenciada pelos trabalhadores é marcada pela estagnação salarial, pela intensificação da exploração e pela perda sistemática de direitos sociais. Nessa mesma direção, Lorey (2020) sustenta que a precarização não é um fenômeno pontual ou transitório, mas uma técnica de governo estrutural no neoliberalismo, que subjuga amplos contingentes populacionais à lógica da insegurança permanente. Para a autora, a precariedade funciona como um dispositivo de controle, produzindo subjetividades marcadas pela dependência e pelo medo, o que dificulta a organização coletiva e a resistência.

Woodcock (2021) aprofunda essa análise ao examinar a ascensão da chamada "economia de plataformas", onde a retórica da flexibilidade é instrumentalizada como uma vantagem, mas que, na prática, impõe jornadas de trabalho extenuantes, ausência de proteção social e instabilidade permanente. O autor evidencia como os algoritmos desempenham um papel central nesse processo, monitorando, avaliando e disciplinando continuamente os trabalhadores, restringindo sua autonomia e intensificando a lógica da exploração. De forma complementar, Jaffe (2021) denuncia a ideologia que romantiza o trabalho flexível, argumentando que ela serve para legitimar a intensificação das exigências laborais e o consequente esgotamento físico e mental dos trabalhadores. Segundo a autora, essa narrativa esconde as condições reais de precariedade, enquanto naturaliza o sofrimento como parte do "novo normal" das relações de trabalho no capitalismo neoliberal.

Por fim, Wood *et al*. (2020) demonstram que, embora a economia gig prometa liberdade e autonomia, ela está profundamente ancorada em mecanismos de controle algorítmico que perpetuam a precarização estrutural. Para os autores, a tão propalada flexibilidade laboral, longe de representar uma conquista para os trabalhadores, constitui-se em uma estratégia fundamental do capital para intensificar a exploração e enfraquecer a capacidade de organização coletiva da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise ontológica e histórica do trabalho no interior do modo de produção capitalista, desenvolvida ao longo deste estudo, permitiu compreender que o trabalho, enquanto princípio fundante da sociabilidade humana, sofreu uma profunda metamorfose em sua natureza e significado sob a lógica do capital. Partindo das bases ontológicas elaboradas por Marx e Lukács, evidenciou-se que o trabalho, enquanto atividade teleológica e conscientemente orientada, é a condição primordial de constituição do ser social. No entanto, com o advento do sistema capitalista, essa atividade foi progressivamente

esvaziada de seu conteúdo emancipador, passando a submeter-se às dinâmicas de exploração e alienação.

No percurso histórico abordado, observou-se a transição das formas de organização do trabalho — da acumulação primitiva ao capitalismo monopolista e à mundialização financeira — marcando distintas fases de desenvolvimento que intensificaram o processo de exploração da força de trabalho. A transição do modelo fordista para o toyotista e, posteriormente, a adoção de práticas neoliberais, consolidaram a flexibilização e a precarização das relações laborais como estratégias centrais de reprodução do capital. Entre os principais resultados identificados, destacam-se a desregulamentação dos direitos sociais, o aumento da informalidade e a responsabilização individual dos trabalhadores frente às condições adversas impostas pelo mercado.

O estudo também revelou que, embora a precarização do trabalho atinja globalmente diferentes países, suas manifestações variam de acordo com as especificidades locais, refletindo assimetrias no impacto sobre a classe trabalhadora. O desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão da Nova Gestão Pública reforçaram uma lógica gerencialista que aprofunda a alienação dos trabalhadores, esvaziando o sentido ontológico do trabalho como prática de humanização e emancipação.

Contudo, reconhece-se que o presente trabalho apresenta limitações, sobretudo por sua natureza teórica e qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. Não foram realizados estudos empíricos que pudessem verificar, em contextos específicos, as formas como os processos de flexibilização e precarização são experienciados pelos trabalhadores em diferentes realidades nacionais e setoriais. Assim, recomenda-se que futuras investigações desenvolvam análises de caráter empírico, por meio de estudos de caso e pesquisas de campo, para aprofundar a compreensão sobre os impactos concretos dessas transformações nas condições de trabalho e vida da classe trabalhadora.

Além disso, sugere-se que novas pesquisas explorem a relação entre precarização do trabalho e os processos de resistência e organização coletiva dos trabalhadores, com foco na emergência de novas formas de luta social e sindicalismo no contexto do capitalismo digital e da plataformização do trabalho.

Conclui-se que a trajetória histórica do trabalho sob o capitalismo, desde a sua concepção ontológica até as formas contemporâneas de flexibilização, revela uma intensificação das contradições próprias desse modo de produção. Diante disso, torna-se urgente recolocar o debate sobre o trabalho como princípio educativo e emancipatório no centro das reflexões acadêmicas e políticas. Somente a partir da crítica radical ao sistema capitalista e da busca por alternativas que superem suas formas de exploração e alienação será possível resgatar o trabalho como mediação para a construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Editora Práxis, 2007.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BENANAV, A. "Automation and the future of work". **New Left Review**, n. 119, 2020.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Editora JC, 1987.

CHAGAS, E. F. "A determinação dupla do trabalho em Marx: trabalho concreto e trabalho abstrato". **Marxismo 21** [2011]. Disponível em: <www.marxismo21,org>. Acesso em: 23/12/2025.

CHRISTOPHERS, B. "Class, assets and work in rentier capitalism". **Historical Materialism**, vol. 29, n. 2, 2021.

DIAS, M. F. G. "Ciclos econômicos, reorganização produtiva e uberização do trabalho". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 9, 2020.

DIAS, M. F. G. "O que será, que será? Precarização, uberização e o futuro do trabalho". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 12, n. 35, 2022.

DUSSEL, E. **Filosofía de la liberación**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2021.

ESGUERRA, M.; RODRÍGUEZ ESCOBAR, M. "El carácter ontológico del trabajo en Marx. Hacia una resignificación de la vida". *In*: OBANDO CABEZAS, A. (ed.). **Filosofía práctica en Iberoamérica**: comunidad política, justicia social y derechos humanos. Cali: Universidad Santiago de Cali, 2020.

FRANÇA JÚNIOR, R. P.; LARA, R. "Trabalho e ser social: reflexões sobre a ontologia lukácsiana e sua incidência no projeto ético-político profissional". **Textos e Contextos**, vol. 14, n. 1, 2015.

FRIGOTTO, G. **Produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre a educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**: 1789–1848. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital**: 1848–1875. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios**: 1875–1914. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

JAFFE, S. **Work Won't Love You Back**: How Devotion to Our Jobs Keeps Us Exploited, Exhausted, and Alone. New York: Bold Type Books, 2021.

LASH, S.; URRY, J. **The end of organized capitalism**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1987.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Global, 1977.

LEVIEN, M. "Da acumulação primitiva aos regimes de expropriação". **Sociologia e Antropologia**, vol. 21, 2014.

LOREY, I. **State of Insecurity**: Government of the Precarious. London: Verso Books, 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

TOSCANO, A. "New fascisms and the crises of empire: lessons from the Americas". **South Atlantic Quarterly**, vol. 123, n. 2, 2024.

WOOD, A. J. *et al*. "Good Gig, Bad Gig: Autonomy and Algorithmic Control in the Global Gig Economy". **Work, Employment and Society**, vol. 00, n. 0, 2018.

WOODCOCK, J. **The Fight Against Platform Capitalism**: An Inquiry into the Global Struggles of the Gig Economy. London: University of Westminster Press, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 21 | Nº 63 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima